

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.564 - SP (2019/0265977-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : DENISE CHATZOGLOU  
**AGRAVANTE** : EDUARDO CHATZOGLOU  
**AGRAVANTE** : ROGERIO CHATZOGLOU  
**AGRAVANTE** : BASILE CHATZOGLOU  
**ADVOGADOS** : JOSÉ ARNALDO VIANNA CIONE FILHO - SP160976  
MATHEUS INACIO DE CARVALHO - SP248577  
**AGRAVADO** : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - SP128341

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo de DENISE CHATZOGLOU e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 325):

*"Ação de execução por título extrajudicial. Cédula de crédito bancário. Requisitos legais. Embargos. Juros remuneratórios. Capitalização inferior a um ano. Indexador contratual CDI (Certificado de Depósitos Interbancários). Recuperação judicial da devedora principal. Coobrigados.*

*1. O deferimento de pedido de recuperação judicial da devedora principal não implica novação da dívida em relação aos garantidores e nem autoriza a suspensão ou extinção da demanda executiva em face deles.*

*2. A cédula de crédito bancário é título executivo extrajudicial por força de expressa disposição legal, ostentando os requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade, necessários a amparar a ação de execução, sendo despropositada a arguição de inconstitucionalidade da lei que a rege (art. 28 da Lei nº 10.931/2004).*

*3. É cabível a capitalização dos juros em periodicidade inferior a um ano em cédula de crédito bancário, consoante o disposto na lei específica (Lei nº 10.931/04).*

*4. É nula a cláusula contratual que estabelece a incidência, a título o de correção monetária, das taxas referentes ao Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), havendo de ser considerada, em seu lugar, atualização monetária com base tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.*

*Preliminares repelidas. Embargos do devedor parcialmente acolhidos. Recurso parcialmente provido."*

Embargos de declaração rejeitados. (e-STJ fl. 361/364)

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega ofensa aos art. 1.022 do CPC e art. 61, §2º, da Lei 11.101/2005, sustentando, em síntese, que: 1) houve omissão no v. acórdão proferido, decorrente da ausência de apreciação quanto a incidência e aplicabilidade do art. 61, §2º, da Lei 11.101/2005 ao caso em tela e 2) a recuperação judicial da devedora principal gera efeitos com relação aos devedores solidários/garantidores da dívida, de modo que somente com o descumprimento do plano de recuperação judicial é que seria possível a execução/cobrança dos garantes/devedores solidários em razão da reconstituição da garantia prestada por estes.

Contrarrazões ao recurso especial nas fls. 368/376 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art.1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia, como se verá adiante. É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

Quanto ao mérito da questão, é entendimento desta Corte, firmando nos termos do art. 543-C do CPC/1973 que *"a recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005"* (REsp 1333349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 02/02/2015).

Outrossim, *"no referido precedente, constou que o art. 61, § 2º, da Lei nº 11.101/2005, não poderia ser interpretado sem a análise do sistema recuperacional e que "muito embora o plano de recuperação judicial opere novação das dívidas a ele submetidas, as garantias reais ou fidejussórias são preservadas, circunstância que*

*possibilita ao credor exercer seus direitos contra terceiros garantidores e impõe a manutenção das ações e execuções aforadas em face de fiadores, avalistas ou coobrigados em geral". (AgRg no REsp 1575215/MT, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 31/05/2017).*

Neste mesmo sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. 1. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AOS COOBRIGADOS. RESP N. 1.333.349/SP (ART. 543-C DO CPC/1973). 2.*

*COMPETÊNCIA. FORO DE ELEIÇÃO. VALIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL. SÚMULA 83/STJ. 3. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Segundo a jurisprudência da Segunda Seção do STJ, "a recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005" (REsp n. 1.333.349/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 26/11/2014, DJe 02/02/2015).*

*2. Havendo cláusula de eleição de foro, o exequente poderá optar, na execução de título extrajudicial, pelo foro do lugar do pagamento do título, pelo foro eleição ou pelo foro de domicílio do réu. Súmula 83/STJ.*

*3. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1294573/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 05/11/2018)*

*AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. QUESTÃO, ADEMAIS, DEPENDENTE DO REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA.*

*1. O acórdão recorrido se alinha com o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que: "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005". (REsp 1333349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 2/2/2015).*

*2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).*

*3. A peculiaridade invocada pela parte em seu recurso, além de necessitar de análise de matéria fática da lide, não foi tratada pelo Tribunal de origem, carecendo de prequestionamento.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 557.874/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 22/11/2017)*

No caso, o v. acórdão recorrido, ao indeferir o pedido de efeito suspensivo ou de extinção da execução proposta contra os garantidores, mesmo após o deferimento da recuperação judicial do devedor principal, consignou:

*“IV Por outro lado, despropositada se mostra a pretensão de extinção ou de suspensão da ação de execução.*

*A circunstância de a devedora principal encontrar-se em regime de recuperação judicial não impede o prosseguimento da ação principal em face dos avalistas.*

*Consoante se extrai do julgamento do Recurso Especial nº 1.333.349/SP, de relatoria do Ministro Luís Felipe Salomão e publicado no Diário de Justiça eletrônico de 2 de fevereiro de 2015, alçado a repetitivo, pacificou-se no Superior Tribunal de Justiça o seguinte entendimento:*

*Para efeitos do art. 543-C do CPC: "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005.*

*(...)*

*Ademais, a Corte Superior acabou por editar a Súmula 581, de seguinte teor:*

*A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Não há, portanto, qualquer óbice para que coobrigado seja demandado pelo credor, eis que este tem a faculdade de exigir seu crédito de todos os devedores, de alguns ou de apenas um, uma vez que a solidariedade passiva consiste na responsabilização integral da dívida, que pode ser exigida de qualquer um dos obrigados, nos termos do que dispõe o artigo 275, caput, do Código Civil, in verbis:*

*Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.*

*Parágrafo único. Não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.*

*Logo, a suspensão das ações e execuções beneficia a devedora principal e não seus sócios ou devedores solidários excetuados os sócios de responsabilidade ilimitada (art. 81), não tendo, pois, o condão de liberá-los do dever de cumprimento da obrigação contratual decorrente da garantia prestada, ficando o credor, neste caso, preservado em seus direitos e privilégios contra os coobrigados.*

*(...)*

*Não há, por conseguinte, que se falar em suspensão da ação de execução com base na norma legal mencionada pelos recorrentes." (e-STJ fl. 330/332)*

Como visto, o entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 10% para 11% sobre o valor da causa.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator